



FORMAÇÃO ESCOLAR, EDUCAÇÃO FÍSICA E A AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA DO ENSINO MÉDIO GAÚCHO¹

Susana Schneid Scherer²

RESUMO

Essa pesquisa estudou a proposta de “Avaliação Emancipatória” dentro da política governamental de Tarso Genro (Gestão PT e coligações, 2011-2014) com vista à democratização do Ensino Médio no Rio Grande do Sul (RS), tendo, neste contexto, um olhar especial para a Educação Física. Com base na coleta empírica por meio de entrevistas com professores e na análise de discursos em documentos oficiais da Secretaria estadual de Educação e do Sindicato dos Professores do Estado se buscou depreender em que medida a presente medida fomenta efetivamente positividade em nível de práticas democráticas e emancipação estudantil.

Palavras-Chave: Avaliação emancipatória. Democratização social. Política educacional.

SCHOOL EDUCATION, PHYSICAL EDUCATION AND THE EMANCIPATORY EVALUATION OF THE GAÚCHO HIGH SCHOOL

ABSTRACT

This research studied the specificity of the "Emancipatory Evaluation" reform inside the Tarso Genro (Govern PT, 2011-2014) governance proposal, in order wanting the democratization of the Rio Grande do Sul (RS) High school. A special look to the Physical Education has been focused in the survey. Tried, based in empirical elements collected with interviews with teachers and in the speeches of official documents of the State Department of Education and of the Syndicate of the Union of State Teachers, to infer effectives potencies of democratic practices and student empowerment'.

Keywords: Critical evaluation. Social justice and democratization. Educational policy.

FORMACIÓN ESCOLAR, EDUCACIÓN FÍSICA Y LA EVALUACIÓN EMANCIPATÓRIA DE LA ESCUELA SECUNDARIA GAUCHA

RESUMEN

Esta investigación estudió la propuesta de "evaluación emancipatório" dentro de la política, del gobierno Tarso Genro (Gestão PT e suas coligações, 2011-2014), con vista a la democratización de la educación secundaria del Río Grande do Sul (RS). Teniendo una mirada especial para la Educación Física. Con base en las informaciones empíricas colidas en entrevistas con maestros y los discursos y documentos oficiales del Departamento de Educación del Estado así como de lo Sindicato de la Unión de Maestros del RS, se buscó inferir acerca de la positividad de esa medida y la efectiva promoción de democratización escolar y empoderamiento de los estudiantes.

Palabras-Clave: Evaluación crítica. Democratización social. Política educativa.

¹ O presente trabalho (não) contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

² Mestre em Educação Física/UFPEL. E-mail: susana_Scherer@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

O retrato do Rio Grande do Sul (RS) anunciava em 2010: o Estado de menor mortalidade infantil e a terceira mais alta expectativa de vida do Brasil; porém com uma ampla “deficiência” escolar, havia latentes índices de reprovação, evasão e distorção entre série cursada e idade escolar esperada, entre outros pontos, existiam 15% de jovens em idade escolar fora da escola (próximo a 76.344 pessoas) e de quase 5% de crianças até os 10 anos de vida não alfabetizadas assim como percentual similar entre aqueles acima dos 10 anos de idade, etc (SEDUC/RS, 2012b). São representações da situação estadual após duas décadas de “Democracia” (BRASIL, 1998) administradas por uma série de governadores (de Simon, Gestão PMDB 1987-1990; Collares, Gestão PDT 1991-1994, Britto, Gestão PMDB 1995-1998; Olívio, Gestão Frente Popular, 1999-2002; Rigotto, Gestão PMDB 2003-2006 e Yeda, Gestão PSDB 2007-2010), com a exceção, em parte, do mando Olívio (MENDES, 2005), que favoreceram amplamente o mercado capital em detrimento da vida social gaúcha.

Quando Tarso ganhou as eleições (Gestão PT coligações PSB, PR e PCdoB, 2011-2014) projetou novos rumos para o RS. Ele que havia ocupado cargo no Ministério da Educação (2004-2005) firmou compromissos para superar o sucateamento postergado pela descontinuidade política pelo histórico descontínuo dos governadores e suas práticas de fomento à lógica capital contemporânea de detrimento público social. Conforme Frigotto (2012) prediz: para superar este “castelo de areia” negador de cidadania política, econômica, social e cultural de gerações presentes e futuras, colocar as “luzes” sobre os direitos públicos, entre eles, a educação escolar (FRIGOTTO, 2013, s/p).

Assim, este trabalho contorna a Educação Física (EF) na política de Tarso, imbuída da democratização do Ensino Médio (SEDUC/RS, 2012) que, entre outros itens, enfocou um programa de “Avaliação Emancipatória”. Busca-se contextualizar tal proposição à postura governante levada a efeito por Tarso, buscando disso, depreender as articulações entre o discurso pretendido e as potências democráticas visualizadas efetivamente no chão-escolar.

O CONTEXTO SITUACIONAL

Em seus estudos Marx (2010) contornou o contexto de potencialização do capital na industrialização inglesa, onde este assumiu a representação do “poder”, conferido pela posse do dinheiro e a possibilidade de comprar do tempo de trabalho aos serviços e estabelecer relações sistemáticas de controle social. Enquanto os empresários fabris fomentavam esse



Vértices do Sul
Educação Física e espaços de atuação:
Interlocuções e diálogos com o discurso escolar, da
Saúde, da Recreação/Lazer e do Treinamento

Furg - Rio Grande - RS / 14, 15 e 16 de outubro de 2015

emponderamento pela dominação dos bens e dos instrumentos de trabalhos, a grande massa populacional, uma vez expropriada e tornada “livre”, em face da necessidade de sobrevivência, ficou apenas com a posse da venda do seu trabalho.

Conforme Marx (2003) observou, a sujeição empregatícia à forma industrial arrastou-se de homens a mulheres, inclusive às crianças, para as quais se dizia ideologicamente que o trabalho fabril protegia da vadiagem, da marginalidade e do crime. Ele mostrou que tudo isso aconteceu durante três décadas sem nenhum amparo trabalhista, já que as movimentações legislativas eram sumariamente refutadas pelo Parlamento inglês. Sendo somente em 1833 que se conseguiu aprovar a primeira Lei de Trabalho para designar especificidades para a infanto-juventude, a idade para o trabalho foi definida, somente, progressivamente, a partir dos nove anos e as jornadas de serviço, os tempos de refeição e de repouso foram restringidos em relação à fase adulta.

Com a restrição do trabalho infantil, era preciso “um novo lugar” para inserir os futuros trabalhadores. De acordo com Enguita (1989), “[...] inventou-se e reinventou-se a escola; criaram-se escolas onde não as havia [...], se introduziu a força toda a população infantil” (p.32), encontrando-se na fome, no internato ou na força os meios para dobrar os adultos e na escolarização uma possibilidade de modelagem desde a tenra idade infantil. Engels (2008), companheiro ativista de Marx, delatou sobre o papel assumido pela escola na forma capitalista industrial. Apontou a emergência de três propostas de escola no solo inglês dos anos 1945, demonstrando que, embora diferentes (Eclesial, empresário-burguesa e estatal), eram projetos de dominação social. Este escrito foi cabal para a educação ganhar espaço nos estudos marxiano-engelianos, assim como na corrente marxista sequencial. Até porque ao longo do século XIX a afirmação do capitalismo concretizou seus interesses via expansão da escolarização segundo um sistema estatal e fortemente influenciado, especialmente, pela aglutinação dos princípios eclesial e empresário-mercantil. Quer seja, como,

Os trabalhadores não podem ser expropriados de forma absoluta dos conhecimentos, porque, sem conhecimento, eles não podem produzir e, se eles não trabalham, não acrescentam valor ao capital, [...] a sociedade capitalista desenvolveu mecanismos através dos quais procura expropriar o conhecimento dos trabalhadores e sistematizar, elaborar esses conhecimentos, e devolvê-los na forma parcelada (SAVIANI, 2003, p.135-137).

Segundo Enguita (1989), se a escola pública ascendeu, prioritariamente, a fim de ser um meio de propagação de ordens para disciplinamento preparatório dos futuros



Vértices do Sul
Educação Física e espaços de atuação:
Interlocuções e diálogos com o discurso Escolar, da
Saúde, da Recreação/Lazer e do Treinamento

Furg - Rio Grande - RS / 14, 15 e 16 de outubro de 2015

trabalhadores, ela conseguiu ser afirmada como o principal mecanismo de reprodução social capitalista nos séculos seguintes. Neste sentido, Freitas (1994) reconhecendo razões poderosas para entender que a organização do trabalho pedagógico em todos seus sentidos, “se dá no seio de uma organização social historicamente determinada. [...] *E a forma* que esta organização assume na escola mantém ligação com tal tipo de organização social” (p. 95, *grifo meu*). Ao categorizar os elementos didáticos “clássicos”, os objetivos, conteúdos e métodos, planejamento e avaliação do ensino, a relação professor-aluno e a gestão escolar, destacou o plano dos objetivos. De modo que, ao diferenciá-los em dois, os objetivos da escola e os objetivos pedagógicos, e estabelecer um liame relacional entre eles, recaiu seu foco sobre os objetivos pedagógicos por depreendê-los como encobridores dos primeiros. Ademais, entrelaçou os objetivos pedagógicos à avaliação, sintentizando uma unidade objetivos/avaliação, compreendendo que, se os objetivos demarcam um momento final de demonstração de conhecimentos e saberes, a avaliação é o momento real, concreto que apresenta resultantes para o confronto do aluno com o momento final idealizado antes pelos objetivos. Quer seja, compreendeu que a avaliação incorpora os objetivos no momento em que aponta a direção para atingi-los, e estruturar objetivos sem prever como apreendê-los concretamente faz com que fiquem se correlato prático e, conseqüentemente, sem sentido.

A pertinência do esboço de Freitas (1994) se deve principalente, pela compreensão de que numa escola capitalista o intuito de manutenção hegemônica anuncia certos objetivos (funções sociais) em sentido amplo, para consecução dos seus ideais. Com isso, as práticas avaliadoras adquirem papel importante, tornando-se “parte da própria organização do trabalho pedagógico” (p. 92). Nisso, conquanto, os objetivos refletem objetivos imbuídos, em fato, pela lógica societária do mercado capital e não de uma escola nivelada por “objetivos desta enquanto sua função social, mas como distribuidora de certos conteúdos ou ‘competências básicas’” (p. 141), para perpetuação do modo capitalista de vida.

A ESCOLHA METODOLÓGICA

Segundo os apontamentos da pesquisa qualitativa “[...] caracterizada, essencialmente, pela obtenção de dados a partir de um pequeno número de casos sobre um grande número de variáveis” (STAKE, 1982, p.20), e ainda que, com a eleição de eventos/casos de interesse, o centro de análise recai, sobretudo, em momentos, lugares, e pessoas em constante movimento. No nível metodológico se bebeu dos indicativos de Ball (2009), que enfocando as



V Extremos do Sul
 Educação Física e espaços de atuação:
 Interlocuções e diálogos com o discurso Escolar, da
 Saúde, da Recreação/Lazer e do Treinamento

Furg - Rio Grande - RS / 14, 15 e 16 de outubro de 2015

aproximações entre políticas educacionais e justiça social, condiciona a essencialidade de um olhar investigativo contextualmente macrossocial sobre os processos microescolares. Seu horizonte investigativo é representado pela ideia de um ciclo tridimensional: o contexto de influência, da produção do texto e da prática política educativa, os quais Ball, reconhece que possuem “cada um apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e envolvem disputas e embates específicos” (MAINARDES, 2013, p.97), mas no ciclo são considerados em modos diretamente relacionais.

Assim sendo, aportou-se da estratégia do estudo de caso qualitativo, “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente” (TRIVIÑOS, 1995, p. 131), pelas suas ricas potências analíticas para apreensão multifacetada de um fenômeno através do processo de “triangulação” entre diferentes fontes de dados e informações. Dentro dessa premissa, foram utilizados como instrumentos: a proposta base da SEDUC/RS (2011a) e o documento norteador das práticas escolares (SEDUC/RS 2011b), a coleta em campo empírico já na finalização do segundo ano de reformulações em 2013, e; fontes documentais da SEDUC/RS e do Sindicato do Centro de Professores do RS (CPERS).

A escola alvo da pesquisa foi Sabiá³, uma instituição da rede estadual, localizada em região centrourbana de um município com cerca de 40 mil habitantes. Enquanto uma escola de grande porte registraram-se 622 matrículas em 2013 (525 delas no EM; 20 no Curso Normal de Magistério e; 77 subdivididas nos Cursos profissionais de Turismo, Contabilidade e Informática). Num quadro docente de cerca de 50 professores, para ocasião da coleta se aportou roteiros semiestruturados (Triviños, 1995) e escolheu-se intencionalmente entrevistar um grupo de quatro orientadoras do novo componente curricular do SI, afora das três docentes de EF na escola, da diretora e da supervisora pedagógica.

A PROPOSTA DE AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA DA SEDUC/RS

O contexto vivificado pelo RS se assemelhou ao que ocorreu com o Brasil a partir da chegada ao século XXI. Pois se foi apenas em Lula (Gestão PT 2003-2006; 2007-2010) e Dilma (Gestão PT 2011-2014; 2015-2018) que se prosperaram ideais progressistas para irromper a onda neoliberal (de Collor, Gestão PRN 1990-1992 e Itamar Franco, Gestão PRN 1992-1995; ao bi-mandato de Fernando Henrique, Gestão PSDB 1995-2002). Ainda que isso não se tenha confirmado em fato, pelo fato de as gestões petistas manterem sinuosidade com o

³ O nome da Escola bem como das professoras foram representados ficticiamente.



mercado neoliberal, que outrora mantém rasos os avanços efetivos, vivificaram-se importantes passos progressistas (ANTUNES, 2004; SADER, 2012).

No RS, a eleição de Tarso Genro no final de 2010 (Gestão PT coligações PSB, PR e PCdoB, 2011-2014) perspectivou novos rumos para os gaúchos. Ele que ocupara o Ministério da Educação (2004-2005) firmou compromissos, ainda no prolongar eletivo, para revitalizar a o resultado das descontínuas políticas governantes (de Simon, Gestão PMDB 1987-1990, passando por Collares, Gestão PDT 1991-1994, Britto, Gestão PMDB 1995-1998; Olívio, Gestão Frente Popular, 1999-2002; Rigotto, Gestão PMDB 2003-2006 e Yeda, Gestão PSDB 2007-2010) que especialmente nos quatro últimos mandos, com a exceção, em parte, do governo Olívio (MENDES, 2005), mantiveram os princípios do mercado capital como norteador de suas gestões, ao passo do detrimento da vida social gaúcha (BACCIN, 2010).

Contudo, tão logo assumiu seu cargo, em 2011, Tarso concretizou um “Plano de Sustentabilidade Financeira”, o “Pacotarso”, o que consolidou a primeira cisão de suas promessas. Este pacote anotou medidas para “garantir” recursos para o crescimento econômico do Estado, privatizando o Quadro Pessoal do Instituto de Previdência do Estado (IPE) e pedindo empréstimo a Bancos penhorando as finanças estaduais através do desinvestimento no povo (JORNAL ZERO HORA, 2011). Na especificidade escolar veja-se isso pelo anúncio, de um lado, de acréscimo em 120% dos salários dos futuros coordenadores das Coordenadorias Regionais de Educação, CRE (CNTE, 2010), enquanto consolidaram-se contínuas burlas legislativas (Vide edital da SEDUC/RS, 2013), pela criação de completivos (JORNAL SUL 21, 2012) e parcelamento (JORNAL ZERO HORA, 2012) para atingir o montante salarial do Piso Nacional dos Professores de Educação Básica, afixado pela Lei nº 11.738 (BRASIL, 2008), bem como na refuta da hora-atividade perpassada de 20% para 30% da jornada de serviço (CNTE, 2012).

Também foi criado o Sistema de Avaliação dos Professores (SEAP), pelo Decreto nº 48.743 (SEDUC/RS 2011b), que redefiniu a progressão na carreira criando meios de responsabilização escolar postulando critérios, segundo o governo, para “incentivo” docente na melhora de taxas de permanência e aprovação escolares (JORNAL CORREIO DO POVO, 2011), que são frutos, em verdade, da desresponsabilização governamental de uma educação de qualidade. Os funcionários escolares viram também o descumprimento das promessas de concurso público e a negação de sua inclusão no quadro do magistério para desfrutarem de direitos enquanto trabalhadores da educação (CPERS, 2013). E enfim, talvez a ação mais



Vértices do Sul
Educação Física e espaços de atuação:
Interlocuções e diálogos com o discurso Escolar, da
Saúde, da Recreação/Lazer e do Treinamento

Furg - Rio Grande - RS / 14, 15 e 16 de outubro de 2015

latente, ocorreu com a execução de reforma ao EM, o nível de incumbência estatal. A “Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio” (SEDUC/RS, 2011a) foi anunciada pelo desejo de articular trabalho e escola, através de uma concepção educacional politécnica e do trabalho como princípio educativo, enaltecendo, consonantemente, projeções pedagógicas interdisciplinares e integradas e um conceito avaliativo qualitativo a partir da extensão da carga curricular e a efetivação de um Seminário Integrado (SI) de pesquisa.

Projetada em uma implantação anualmente progressiva, iniciada em 2012 com as 1ª séries, e se estendida às 2ªs em 2013 e às 3ªs em 2014. Segundo suas bases textuais, foram quatro os pontos que influíram na reforma (SEDUC/RS, 2011a): 1º) A política educacional do plano governamental estadual visando à democratização social; 2º) Dispositivos legais na LDBEN (BRASIL, 1996) para a Educação Básica e o EM; 3º) As Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2012) incitando diálogo do EM com o mundo do trabalho, executando os Decretos nº5/2005 e nº11/2008 para integração entre EM e educação profissional e também o Parecer nº4 (BRASIL, 2010) apresentando uma base unitária no liame formação para o trabalho, iniciação científico-tecnológica e formação cultural ampliada; 4º) Diagnóstico da rede estadual (SEDUC/RS, 2012a), alarmando índices altos de fluxo – evasão e repetência – e decrescentes taxas de matrículas nas formas de EM acadêmico e profissional e da desconexão dos cursos técnicos com as demandas produtivo-regionais, etc. Para tanto, a SEDUC/RS (2011a) compreendeu como necessária outra compreensão de conhecimento e currículo, com novas formas de seleção e organização curriculares processualmente vivas, foram projetados seis princípios pedagógicos: relação parte-totalidade; teoria-prática; valorização do saber popular; interdisciplinaridade; pesquisa como princípio pedagógico e, por fim, uma avaliação emancipatória.

A questão da avaliação ganhou lugar especial, porque foi exposta a uma total redefinição. Definida dentro de uma prática democrática, para partir da realidade e sinalizar avanços, meios de superação e possibilidades de refletir as práticas, contraposta a instrumento de poder autoritário, controlador, classificatório e seletivo, conceituações estas vinculadas à qualidade na produção industrial. O Regimento Padrão Escolar (SECUC/RS, 2012b), o ementário cedido às escolas, projetou três funções à forma avaliativa pretendida: ser diagnóstica, contínua e continuada e, por fim, formativa, num “processo contínuo, participativo, diagnóstico e investigativo” (p. 16). A partir disso, apresentou-se grupo de três



Vértices do Sul
Educação Física e espaços de atuação:
Interlocuções e diálogos com o discurso Escolar, da
Saúde, da Recreação/Lazer e do Treinamento

Furg - Rio Grande - RS / 14, 15 e 16 de outubro de 2015

menções, em substituição ao sistema de notas, a serem proferidas aos alunos, por cada disciplina e englobadas nos períodos trimestral e final em uma única menção por área dentro de pareceres descritivos, listando os objetivos específicos não atingidos, no lugar do boletim escolar. As menções apresentadas são definidas pela Condição Satisfatória de Aprendizagem (CSA) aprovadora do aluno; Condição Parcial de Aprendizagem (CPA) indicando aprovação, porém, sendo necessária a realização de ações recuperativas e; Condição Restrita de Aprendizagem (CRA) – que, se obtida no correr letivo indica necessidade recuperativas, mas, se ao fim do 1º ou 2º ano, em uma só área aprova o aluno com progressão parcial, ou seja, tendo o estudante de realizar estudos recuperativos na área pendente no ano letivo seguinte, do mesmo modo que se obtida no final da 3ª série em uma só área; mas se, a CRA for obtida no final da série escolar em mais de uma área o estudante é reprovado. Outro ponto alocado pela SEDUC/RS (2012b) se concretizou pelo Plano Político Pedagógico de Apoio (PPDA), a ser aplicada por área de conhecimento como forma recuperativa, ao final de cada trimestre e no caso do término letivo no início escolar seguinte, oportunidade aonde se aprovado, o aluno avança de série.

AS OBSERVAÇÕES NO CHÃO ESCOLAR

Na investigação em campo empírico as falas das docentes entrevistadas delataram, majoritariamente, acepções não positivas sobre a reforma avaliativa. Isso soou um sinal de atenção para essa pesquisadora. As professoras entoaram que, embora os princípios emancipatórios e democráticos pretendidos e os avanços, buscando maior atenção a cada estudante em nível de suas potencialidades, havia uma falácia da reformulação da avaliação, especialmente, pelo PPDA. Instrumento que parece, em fato, concretizar uma estratégia de aprovação sem aprendizado, com pretensão na melhoria das taxas escolares do Estado.

A explicação das entrevistadas se refere ao fato de que o PPDA é objetivado para ser testado numa prova por área de conhecimento, na qual existam questões de todas componentes e que devem ser resolvidas pelo aluno independentemente da já ter sido aprovado. A ideia é que o estudante aprovado saberá resolver as questões daqueles objetivos e conhecimentos que já venceu. Mas, a pergunta é: se o aluno não vence aquilo que já havia vencido? Conforme foi contado, aí se localiza um “problema”, já que não há reprovação em algo que o aluno já havia sido aprovado. Foi explanada, ainda, a dificuldade de sistematização de uma “só prova”, isto é, um teste integrado dentro da área. O caso da EF, por exemplo, foi



Vértices do Sul
 Educação Física e espaços de atuação:
 Interlocuções e diálogos com o discurso Escolar, da
 Saúde, da Recreação/Lazer e do Treinamento

Furg - Rio Grande - RS / 14, 15 e 16 de outubro de 2015

analisado mais cuidadosamente, e se ilustrou um descompasso, prescindido de um “ajuste” no teste já que este componente é majoritariamente prático enquanto a prova do PPDA é basicamente teórica, assim como são, diferentemente da EF, as demais disciplinas escolares. Contudo, o ponto chave sobre o PPDA se refere ao seu infinito oferecimento, ao final de cada trimestre, favorecendo a aprovação estudantil sem aprendizado. Como as atividades recuperativas acabam acontecendo dentro do próprio espaço de aula, e não há, pois, um espaço específico para trabalho individual com os estudantes, fica dificultado aos docentes sistematizarem um trabalho direcionado. Pois, como recuperar cada aluno naquilo que ficou deficiente fazendo isso no próprio espaço de aula, onde prosseguem os conteúdos e o atendimento de diferentes alunos, cada qual com suas especificidades? Como potencializar um aluno e efetivar uma avaliação emancipatória, sem tempo e espaço hábil?

O fato é que as entrevistadas contaram que entendem o PPDA enquanto uma “estratégia” governamental, para responsabilização magisterial e indução de aprovação escolar, via uma contínua exigência às escolas para que o ofertem a todos os reprovados. Isso, não somente ao longo de cada trimestre como, sobretudo, no início letivo seguinte, quando, o discente se aprovado avança de série. Uma das entrevistadas explanou sobre “a impressão que me dá, que não... se quer qualidade, que se quer quantidade, então quanto mais alunos passar melhor” (JASMIN, Professora). Corroborando com esse indício, em livro lançado pela SEDUC/RS o secretário de educação enaltece o foco da reformulação do EM estadual conseguindo uma melhora nos Índice da Educação Básica (IDEB) já no seu primeiro ano de reformação, atingindo-se “[...] dados sem precedentes na história da educação gaúcha” (AZEVEDO e REIS, 2013, p.45). Mainardes (2013) ecoa sua preocupação com a implementação de políticas educacionais em modos de “performativos” com práticas onde “escolas podem dar alguma atenção à política e “fabricar” uma resposta que é incorporada nos documentos da escola para propósitos de “prestação de contas” e auditoria, ao invés de afetar mudanças pedagógicas ou organizacionais” (p.7).

A professora Dália anotou em seu parecer o discurso de “melhoria” do governo estadual, no qual, “justificam reprovação e evasão escolar, só que nos moldes que estão eles não estão preocupados com o conhecimento”. Ou seja, o que a professora transparece é que a prioridade menor dada ao ensino, e o que realmente parece ser importante é,

[...] fazer um marketing de política pra eles, tá. Então eles querem índice, eles não estão sempre ocupados com aquelas mentiras de “agora distribuímos *tablets* pra todos os professores” que não funcionam e não têm



Vértices do Sul
Educação Física e espaços de atuação:
Interlocuções e diálogos com o discurso escolar da
Saúde, da Recreação/Lazer e do Treinamento

Furg - Rio Grande - RS / 14, 15 e 16 de outubro de 2015

as coisas que precisam ter, mas está lá, fazendo um marketing positivo [...] tudo para dizer que o governo está fazendo.

A completude das falas professorais aclarou sobre a postura do governo muito mais preocupada em consolidar uma “imagem” de preocupação e incentivo à educação, como na vanglória dos resultados obtidos no IDEB e no “marketing” dando *tablets* aos professores, conforme noticiado pela SEDUC/RS (2012c), mas, em outro modo, efetivamente, pouco interessada em fornecer bases reformulativas sólidas. A reforma do sistema avaliativo ora analisado aponta evidências disso, pois o governo deixou “de lado” um olhar para a capacitação do professorado, com vista à reflexão e consolidação de uma avaliação mais justa, em vista de que a grande maioria dos docentes advém de processos docentes e estudantis quantitativos (por notas) e, assim, enfrentam dificuldades e dúvidas para uma avaliação dentro do viés qualitativo. Afora do que o quadro magisterial enfrentava deveras ilegalidade do Piso, (BRASIL, 2008) em nível das suas previsões de bases salariais e maior tempo de hora-atividade para planejamento e estudos pedagógicos.

A diretora Rosa apontou, oportunamente, sua acepção acerca da medida levada à efeito no Estado como parte da opção da gestão no poder e, “[...] se não permanecer o governo eu não sei se não vem outra mudança aí. Por que a nossa educação tá o que tá? Porque cada governo quer fazer a sua educação, não quer dar sequência”. Sendo que Saviani (2008) atenta para o preceito da descontinuidade enquanto uma das características mais presentes nas políticas educacionais brasileiras, sobretudo, do por que do seu não avanço qualitativo. No RS isso é também notado, em face de que jamais houve reeleição de um governador, desde que isso foi permitido pela Democracia. Cada gestão sedimentando uma nova concepção para potencialização do desenvolvimento e crescimento estadual esvazia a consolidação de um projeto educacional de longo prazo para a qualificação da educação. Pois o objetivo essencial de cada governo é mostrar que com ele os problemas serão supridos e, assim, traz o “novo” para renegar as políticas anteriores e com isso “imprimir a sua marca” (SAVIANI, 2008). Mas que, em fato, ao final do governo retoma a “estaca zero” com a gestão que assume, a partir daí, o poder do Estado assumindo outros/novos caminhos.

Com a finalização analítica dos dados empíricos elucubrados e das bases documentais subsidiadas, permitiram, tendo como suporte as teorias estudadas, compreender que para um salto qualitativo efetivo, sobretudo, na educação é preciso, “romper com a lógica descontinua, ordenando políticas educativas em torno de um projeto de desenvolvimento da educação



Vértices do Sul
Educação Física e espaços de atuação:
Interlocuções e diálogos com o discurso Escolar, da
Saúde, da Recreação/Lazer e do Treinamento

Furg - Rio Grande - RS / 14, 15 e 16 de outubro de 2015

nacional de médio e longo prazo!” (SAVIANI, 2008, p.215). Disso, implica repensar os meios que vem sendo eleitos para nortear os rumos nacionais e em solo gaúcho, os quais até o presente momento têm se engendrado em preceitos capitalistas, e como acena Meszáros (2008): a valorização do capital desestrutura o ser social.

No caso específico do RS vale considerar as relações estabelecidas entre a finalidade reformulativa e a filosofia socioeconômica da governança, especialmente pelo foco do EM, para além a culminância da Educação Básica, preparando para a vida e, especialmente, para o trabalho. O CPERS (2011a) chamou atenção sobre este ponto tão logo a reforma ter sido apresentada, contrapôs-se a tal medida por entender o interesse do governo com ela, pois,

[...] Para os empresários, mantém a prática de conceder benefícios; já para os trabalhadores, faltam recursos e sobram desculpas para o não atendimento das reivindicações apresentadas. O pagamento do piso salarial para professores e funcionários foi esquecido. Até na Justiça o governo entrou para protelar o cumprimento da lei [...]. Além disso, o governo aplicou um calote [...] e instituiu a privatização da previdência dos futuros servidores. E agora tenta empurrar ‘goela abaixo’ da sociedade um projeto de reformulação do ensino médio que visa formar mão de obra barata para os empresários e que, na prática, dificulta ainda mais o acesso ao ensino superior para os filhos dos trabalhadores. Para que se tenha uma ideia [...] Grande parte da carga horária estaria voltada a projetos e estágios com o objetivo de adaptar os alunos ao mercado de trabalho.

No que se refere ao exame do tomo avaliativo reformulado, seu pressuposto foi ancorado em princípios emancipatórios, democráticos e mais justos. Principalmente a estratégia de um PPDA foi apresentada para concretizar o meio recuperativo das fragilidades estudantis. Mas a sua aplicabilidade indicou “um jogo” governante, sujeitando escolas e impondo determinados ordenamentos, exemplificação aclarada pela imposição de efetivação das inúmeras recuperações via PPDA, sobrecarregando docentes exigindo-lhes, quase que “forçosamente”, recuperar o aluno. Contudo, sem fornecer condições adequadas de trabalho, em nível de espaços e tempos pedagógicos, bem como de reflexão e capacitação docente. A postura da gestão do RS pedindo resultados, responsabilizando escolas, porém, desorganizando-as pedagogicamente tenciona, consequentemente, para concretizar uma formação humana ainda mais fragmentada e precarizada, o que, fomenta a formação de quadros trabalhistas contemporâneo-capitalistas (CPERS, 2011b).

Por fim, é importante que estejamos atentos, pesquisadores e professores interessados na educação pública e na sua democratização. Sendo que aqui me incluo por ser uma professora atuante, reconhecendo como essenciais a reflexão sobre as estratégias



Vértices do Sul
Educação Física e espaços de atuação:
Interlocuções e diálogos com o discurso escolar, da
Saúde, da Recreação/Lazer e do Treinamento

Furg - Rio Grande - RS / 14, 15 e 16 de outubro de 2015

reformulativas que podem parecer inicialmente de bom grado, como a levada a efeito no RS. O pressuposto de estender curricularmente o tempo de estudo e qualificar a formação escolar, humanizando-a ao tratar vida e mundo do trabalho de formas mais práticas, democráticas e justas, munindo-se, para isso, de concepções pedagógicas qualificadoras como um sistema de avaliação emancipatório. Quer seja, todo um discurso sedutor que pode ser aceito e incentivado pela sociedade. Mas, quando em verdade se observa o seu funciona, nota-se que enfim, sua consolidação fomenta nada mais do que se não redimensionamentos didáticos em benefício ao encontro dos anseios capitais, que para manutenção da sua lógica de dominação do homem sobre homem, necessita basilamente, de seres submissos e alienados.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). São Paulo: Autores Associados, 2004.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Material e Imaterial. In: **Folha de São Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1308200004.htm>. Acesso em: 01/06/2012.

AZEVEDO, J; REIS, J. Democratização do Ensino Médio: a reestruturação curricular no RS. In: **Reestruturação do Ensino Médio: pressupostos teóricos e desafios da prática**. São Paulo: Fundação Santillana, p. 25-48, 2013.

BALL, S. Entrevista. Um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. In: **Educação e Sociedade**, v. 30, nº106, p.303-318, 2009.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 20/03/2013.

_____. **LEI nº 11.738**, Institui o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do Magistério da Educação Básica, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm. Acesso em: 01/06/2012.

_____. CNE/CBE, Conselho Nacional de Educação. **Parecer 4º, 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 01/06/2012.

_____. CNE/CEB. Resolução nº 2, **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866. Acesso em: 01/06/2012.



Vértices do Sul
Educação Física e espaços de atuação:
Interlocuções e diálogos com o discurso escolar da
Saúde, da Recreação/Lazer e do Treinamento

Furg - Rio Grande - RS / 14, 15 e 16 de outubro de 2015

CLICRBS. **A educação precisa de respostas.** Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/especial/br/precisamosderespostas/pagina,1428,0,0,0,Sobre-o-projeto.html>. Acesso em: 10/08/2015.

CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **CPERS questiona reajuste de mais de 120% para futuros coordenadores de educação.** 17/12/2010. Disponível em: http://www.cnte.org.br/index.php/568-giro-pelos-estados/rs/5697-cpers-questiona-reajuste-de-mais-de-120-para-futuros-coordenadores-de-educacao_ Acesso em: 01/10/2013.

____. **Saiba quais estados brasileiros não respeitam a Lei do Piso.** 04/09/2012. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php/lutas-da-cnte/piso-salarial-e-carreira/11118-estados-brasileiros-nao-cumprem-a-lei-do-piso-1.html>. Acesso em: 01/10/2013.

CPERS, Centro dos Professores do Rio Grande do Sul. Promessas engavetadas. **21/11/2011a.** Disponível em: http://www.cpers.org.br/index.php?&menu=1&cd_noticia=3052. Acesso em: 01/10/2013.

____. **Manifesto aos participantes da Conferência de Reestruturação do Ensino Médio.** 08/12/2011b. Disponível em: http://www.cpers.org.br/index.php?&menu=1&cd_noticia=3082. Acesso em: 01/10/2013.

____. **Tarso aprova mais um projeto que retira direitos dos servidores.** 16/04/2013. Disponível em: http://cpers.org.br/index.php?&menu=1&cd_noticia=3476. Acesso em: 01/10/2013.

DALLARI, D. **O que é participação política.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGUITA, M F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREITAS, L. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Programa de pós-graduação em Educação. UNICAMP, 1994. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br.

____. **Começar pelo começo: o que temos a oferecer aos jovens?** In: **Revista Caros Amigos.** Especial Educação, junho, 2011b.

FRIGOTTO, G. Entrevista: Ensino Médio. In: **Sala de Convidados.** 10/09/2012. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=iArxEf7E4T8_ Acesso em: 10/07/2013.

____. Ensino Médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. In: **Le Monde Diplomatique.** 01/03/2013. Disponível em: http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1384_ Acesso em: 10/07/2013.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Introdução à Educação Escolar Brasileira: História, Política e Filosofia da Educação.** 2001. Disponível em: <http://www.teleminiweb.com.br/Educadores/artigos/pdf/introdu-edu-bra.pdf>. Acesso em: 01/10/2013.



V Extremos do Sul
Educação Física e espaços de atuação:
Interlocuções e diálogos com o discurso escolar, da
Saúde, da Recreação/Lazer e do Treinamento

Furg - Rio Grande - RS / 14, 15 e 16 de outubro de 2015

JORNAL CORREIO DO POVO. **CPERS critica as novas regras de promoção docente.** Porto Alegre: ano117, nº91, 30/12/2011. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/impresso/?ano=117&numero=91&caderno=0¬icia=37605>. Acesso em: 10/08/2013.

JORNAL SUL 21. **Governo gaúcho acorda pagamento de completo do Piso do Magistério estadual.** 26/04/2012. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/2012/04/governo-gaucha-acorda-com-mp-pagamento-provisorio-do-piso-do-magisterio/>. Acesso em: 11/05/2012.

JORNAL ZERO HORA. **Assembleia aprova todos os projetos do pacote de tarso e garante a criação de 325 cargos.** 22/03/2011. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/politica/noticia/2011/03/assembleia-aprova-todos-os-projetos-do-pacote-de-tarso-e-garante-a-criacao-de-325-cargos-3249554.html>. Acesso em: 11/05/2012.

_____. **Deputados estaduais aprovam reajuste parcelado para o magistério gaúcho.** 19/12/2012. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/politica/noticia/2012/12/deputados-estaduais-aprovam-reajuste-parcelado-para-omagisteriogaucha3986961.html>. Acesso em: 20/03/2013.

MAINARDES, J. **Informações sobre a abordagem do ciclo de políticas.** Lista de obras de S. J. Ball e de pesquisas brasileiras que empregam suas ideias. 2013. Disponível em: <http://www.uepg.br/gppepe> p.1-33. Acesso em: 10/11/2013.

MARX, K. **O capital.** Livro1, v.II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **O capital.** Livro1, v.I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Manuscrtos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MESZÁROS, I. **Entrevista: O Marxismo hoje: Entrevista com István Meszáros.** In: *Crítica Marxista*, nº 2. Campinas: Xamã, 1997, p.129-137. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo269artigo47artigo7.pdf. Acesso em 01/04/2013.

_____. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

SADER, E. **Entrevista: A América Latina é uma toupeira.** In: **SINPRO/RS**, 2012. Disponível em: <http://www.sinproba.org.br/conteudo.php?ID=708>. Acesso em: 01/04/2013.

SAVIANI, D. **Choque teórico da politecnicidade.** In: **Trabalho, Educação e Saúde**, p. 131-152, 2003. Disponível em: www.ifc.edu.br/site/index.php/.../2599-o-choque-teorico-da-politecnica. Acesso em: 01/04/2013.

_____. **Sistema nacional de educação: conceito, papel histórico e obstáculos para sua construção no Brasil.** In: **Anais...** Caxambu: 31ª Reunião Anual da ANPEd, 2008.

SEDUC/RS, Secretaria de Educação do Rio Grande Do Sul. **Proposta pedagógica para o Ensino Médio politécnico e educação Profissional integrada ao Ensino Médio 2011–2014**, 2011a. Disponível em: http://educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_proposta.pdf. Acesso em: 01/04/2012.

_____. **Decreto nº 48.743, Regulamenta procedimentos para as Promoções dos Membros do Magistério Público Estadual**, 2011b. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/Caderno%201_Docente.pdf. Acesso em: 09/04/2012.



Vértices do Sul
Educação Física e espaços de atuação:
Interlocuções e diálogos com o discurso Escolar, da
Saúde, da Recreação/Lazer e do Treinamento

Furg - Rio Grande - RS / 14, 15 e 16 de outubro de 2015

____. **Diagnóstico da Educação Básica no Rio Grande do Sul com ênfase no Ensino Médio** – 2010. Porto Alegre: DEPLAN, 2012a. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/diagnostico_relatorio_final_2010.pdf. Acesso em: 01/04/2013.

____. **Regimento escolar Padrão para o Ensino Médio “Politécnico”**. Parecer CEED/RS nº 310. 2012b. Disponível em: http://educacao.rs.gov.br/pse/html/ens_medio.jsp?ACAO=acao1. Acesso em: 01/04/2013.

____. **Professores do ensino médio receberão tablets**. 28/12/2012c. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?ID=10743. Acesso em: 01/04/2013.

____. **Tabela da Remuneração e Níveis 20 horas semanais**. Concurso do Magistério - 2013. Disponível em: <http://www.fdrh.rs.gov.br/upload/20130207110022anexo6.pdf>. Acesso em: 21/04/2013.

STAKE, R. Estudos de caso em pesquisa e avaliação educacional. In: **Seminário Avaliação em Debate**. Rio de Janeiro: PUC, p.5-14, 1982. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/55.pdf>. Acesso em: 19/05/2012.

TRIVIÑOS, A. **Introdução á pesquisa qualitativa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.



Vértices do Sul
Educação Física e espaços de atuação:
Interlocuções e diálogos com o discurso Escolar, da
Saúde, da Recreação/Lazer e do Treinamento

Furg - Rio Grande - RS / 14, 15 e 16 de outubro de 2015